

Em defesa do setor elétrico

MOBILIZA, BRASIL !!!

Para garantir emprego decente e energia de qualidade, Sinergia CUT pressiona pela aprovação das emendas apresentadas à MP 579, que deve reduzir tarifas na renovação das concessões

Macro Ilha Solteira



Companheiros parados em Ilha Solteira...



... e panfletagem do Sindicato na capital...



... com o pessoal da cidade e do campo

Fotos: Roberto Claro

Uma mobilização nacional em defesa do setor elétrico aconteceu no último dia 13 para envolver trabalhadores e consumidores no debate das mudanças propostas pela Medida Provisória 579, que prevê redução das tarifas de energia e permite a renovação das concessões de empresas de geração, transmissão e distribuição que vencem em 2015 e 2017. A mobilização contou com a participação também do movimento social.

Em todo o estado de São Paulo, o Sinergia CUT e a Ftuesp organizaram protestos e mobilizações logo cedo. As

assembleias duraram mais de uma hora na CESP em Ilha Solteira, Jupiá e Porto Primavera; na CTEEP em Itapetinga, Santa Bárbara d'Oeste, Bauru, Ribeirão Preto e Presidente Prudente; e em Furnas, também em Ribeirão Preto.

Na capital, o Sindicato e a Ftuesp reuniram trabalhadores em frente à sede da CESP e da EMAE, junto com companheiros da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários) e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Nem a chuva fina impediu a conversa para esclarecer inclusive sobre a importância da apro-

vação das 18 emendas apresentadas pelo Sindicato, FNU e CUT para preservar empregos, garantir trabalho decente e melhorar a qualidade da energia que chega à população, além de combater a terceirização de atividades-fim, a precarização, a rotatividade de mão de obra e mais privatização.

Tempo é curto

A MP 579 foi proposta pelo governo federal em setembro passado para antecipar a prorrogação das concessões que vencem em 2015 e 2017. A intenção é fazer com que as tarifas de energia elé-

trica caiam de 16,2% a 28% já em 2013. Um terço disso viria da redução de encargos federais nas contas; outro terço, da redução das tarifas de geração e transmissão; e o restante viria com subsídio do governo federal. Para o Sinergia CUT, o governo estadual também deveria reduzir o ICMS das contas de luz.

Assim, o governo federal pretende garantir energia segura e barata para o desenvolvimento do país. As empresas têm até o dia 4 de dezembro próximo para assinar os contratos de renovação antecipada das concessões.

Esforço concentrado em Brasília

Desde o início de novembro, o Sinergia CUT participa de intensas atividades na capital federal para garantir a aprovação das emendas dos trabalhadores às MPs do setor elétrico. Os dirigentes acompanham reuniões das Comissões, debatem com parlamentares e participam de audiências. Tudo porque o barato não pode sair caro!



Wilson Marques

No mesmo dia 06, à tarde, dirigentes do Sindicato presenciaram os debates da Comissão Mista que trata da **Medida Provisória 579**, que vem sendo alvo da ira das empresas ao propor redução de tarifas em troca da renovação antecipada das concessões. A Comissão é presidida pelo deputado Jilmar Tatto (PT/SP). O debate contou com a participação de entidades representativas das empresas, como Abrade e Abrage, além de representantes da Cemig, estatal mineira que antecipou que, dentre suas 21 hidrelétricas, 18 já aceitam as novas regras para renovação da concessão.

Na manhã do último dia 06, o Sinergia CUT acompanhou a reunião da Comissão Mista que analisa a **Medida Provisória 577**, a que permite a intervenção e até a extinção das concessões de empresas que não garantem a qualidade da energia como serviço público. Foi a MP que possibilitou a intervenção administrativa da Aneel em oito empresas do Rede Energia no fim de agosto. Presidida pelo deputado Fernando Ferro (PT/PE), o debate contou com representantes do Ministério de Minas e Energia, do Fórum das Secretarias Estaduais de Energia e do Grupo Rede. O presidente da FNU, Franklin Moreira Gonçalves, defendeu as emendas dos trabalhadores.



Tatto recebe emendas do Sindicato

Maristela Braga



Aneel

Aneel: sindicalistas reivindicam participação para garantir direitos

Já na manhã do último dia 07, o diretor do Sinergia CUT, Wilson Marques, foi recebido em **audiência pelo diretor geral da Aneel**, Nelson Hubner. Estava acompanhado do presidente do Sinergia MS, Elvio Vargas. Em pauta, além das emendas dos trabalhadores, os sindicalistas reivindicaram maior participação dos trabalhadores nos debates do setor e os impactos nocivos da precarização do trabalho, terceirização de atividades-fim, falta de investimentos em treinamento, capacitação e manutenção preventiva. Ao final da reunião, o Sinergia CUT protocolou ofício formalizando a participação dos trabalhadores no debate, inclusive da intervenção no Rede Energia.

Emendas em debate

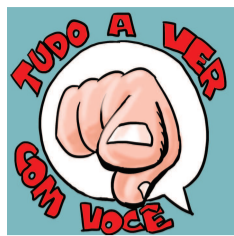
Sempre concorrida e prestigiada por parlamentares, empresários, representantes do governo e agentes reguladores, a segunda **Audiência Pública** da Comissão Mista que analisa a MP 579 contou com a participação do presidente do Sindicato dos Eletricistas de Campinas/Sinergia CUT, Gentil Teixeira de Freitas, na tarde do último dia 07.

Gentil apresentou as **18 emendas** dos trabalhadores para garantir que os impactos da MP não resulte em mais demissões, precarização e terceirização. "Somos favoráveis à redução das tarifas que estão entre as mais altas do mundo. Mas não podemos admitir que as empresas penalizem ainda mais os trabalhadores para a recomposição de lucros", afirmou.



Wilson Marques

Em defesa do trabalho decente



CONTATOS IMEDIATOS

Há três meses, diante da publicação das Medidas Provisórias 577 e 579, um Grupo de Trabalho do Sinergia CUT começou a debater os impactos das MPs no mundo do trabalho.

Acompanhe um resumo das principais discussões com especialistas, parlamentares e trabalhadores

09/10/2012 - IMPACTOS E DESAFIOS DA MP 579 EM DISCUSSÃO

Sinergia CUT cria Grupo de Trabalho e promove debates com renomados especialistas do setor elétrico para aprofundar conhecimentos e levantar as consequências e os embates dessa Medida Provisória

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a recém-publicada Medida Provisória 579 – que trata sobre a renovação dos contratos de concessão das empresas de energia elétrica e a redução das tarifas de energia – a direção do Sinergia CUT se reuniu com o professor-doutor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Rubens Rosental.

O encontro aconteceu na sede do Sindicato, em Campinas, durante toda a manhã do dia 09, quando foram discutidos os impactos dessa MP para as empresas e para os trabalhadores.

Além de trazer novos conhecimentos, o debate com o pesquisador serviu para reforçar a avaliação da direção do Sindicato sobre as profundas modificações que ocorrerão no setor a partir da implementação da MP 579, o que deve acontecer já em janeiro de 2013.

“Esse debate é de extrema importância. Precisamos estar bem preparados para o enfrentamento nos próximos anos, já que a lógica do empresariado é a de precarizar para manter os elevados lucros a qualquer custo, retirando direitos e benefícios”, observa a direção do Sinergia CUT.

“Tais encontros possibilitam traçar a luta e a articulação com os trabalhadores e demais forças sociais. Muitas transformações virão e precisaremos estar unidos para enfrentá-las”, completam os diretores do Sindicato.

O encontro com Rosental foi o segundo realizado em apenas uma semana. No dia 02 de outubro, quem esteve presente no Sinergia CUT foi Denilvo Moraes, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ele fez uma explanação da MP 579 à luz das decisões do governo federal.



Tatto e Bittencourt participam de reunião com o Sinergia CUT

Débora Piloni

18/10/2012 - DEPUTADOS ENTRAM NO DEBATE

Aprofundar o conhecimento e apresentar reivindicações do Sindicato sobre a Medida Provisória referente às concessões e tarifas do setor elétrico foram os objetivos do encontro

No dia 18, o Sinergia CUT recebeu as visitas do deputado federal Jilmar Tatto e do deputado estadual Gerson Bittencourt, ambos do PT/SP. O objetivo também foi discutir a MP 579, que trata sobre a renovação dos contratos de concessão das empresas de energia elétrica e a redução das tarifas de energia. Tatto é o presidente da Comissão Mista da MP 579/12.

Durante a reunião, foram debatidos e reivindicados pelo Sindicato os seguintes pontos: a garantia da participação dos trabalhadores na discussão da MP 579; e a participação do Sinergia CUT em reunião da bancada do PT na Assembleia Legislativa, que deve acontecer na próxima quarta (28).

Jilmar Tatto informou que haverá audiências públicas na segunda quinzena de novembro voltadas aos trabalhadores, empresas e sociedade civil para esclarecimentos e reivindicações.

Antes de encerrar a reunião, o Sindicato entregou aos deputados uma síntese sobre as emendas à MP elaborada pelo Sinergia CUT, FNU e CUT.

23/10/2012 - SINERGIA CUT ESCLARECE TRABALHADORES

Dirigentes do Sindicato percorrem toda a base e participam de reuniões regionais. Em debate, as emendas e as MPs

A partir do dia 23 de outubro, dirigentes do Sinergia CUT puseram o pé na estrada. Começaram pela região de Rio Claro uma série de visitas por toda a base para debates de diversos assuntos de interesse dos trabalhadores energéticos, principalmente sobre as Medidas Provisórias 577 e 579, recentemente lançadas pelo governo federal e que propõem mudanças significativas no setor elétrico.

Nos dias 30 e 31 de outubro, a caravana passou pelas regiões de Presidente Prudente e Ilha Solteira, respectivamente. No último dia 21, o Sinergia CUT esteve com os trabalhadores de Ribeirão Preto e, no dia seguinte (22), o debate foi com os energéticos de Bauru. A caravana termina na próxima terça-feira (27) com uma reunião da categoria em São Paulo.

“Percorremos várias cidades e localidades da base porque esses debates devem ser aprofundados em nosso meio. Debateremos com todos e todas as 18 emendas dos trabalhadores para que cada um de nós esteja preparado para enfrentar os desafios que hão de vir, além de estar capacitado para intervir nos locais de trabalho”, afirmou a direção do Sinergia CUT.



Último debate aconteceu na semana passada em Bauru

Márcio Bauru

EM CIMA DA HORA

13 e 14/11/2012 - GOVERNOS ESTADUAIS E FEDERAL PARTICIPAM DE AUDIÊNCIAS

Mais duas audiências aconteceram nos últimos dias 13 e 14. No primeiro dia, participaram dos debates governadores, vices e secretários estaduais de Energia. O presidente do Fórum de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, José Anibal, representou o governador de SP. Todos reclamaram da perda de arrecadação de ICMS que a MP deve impor aos Estados, além da falta de debate e do pouco prazo para a tomada de decisão. Segundo Anibal, SP deve deixar de arrecadar R\$ 5,5 bilhões de ICMS.

Para o Sinergia CUT, é irônica a postura do secretário estadual: “Quem mais bateu na MP foi exatamente o representante do governo da privatária, que doou o patrimônio público na década de 1990 sem promover sequer uma audiência pública com a sociedade, além de impor o maior racionamento da história em 2001, obrigando os brasileiros a uma redução de 20% no consumo de energia, com consequente queda de ICMS”, relembra o Sindicato.

No último dia 14, foi a vez dos representantes do governo federal como o ministro-interino do Ministério de Minas e Energia Márcio Zimmermann, ao lado de representantes do Ministério da Fazenda, Advocacia Geral da União, junto com o diretor geral da Aneel, Nelson Hubner Moreira.

Os representantes do governo federal afirmaram que a MP não quebra qualquer regra dos contratos e muito menos fere as leis do marco regulatório do setor. Mais: que a redução da tarifa promoverá queda de cerca de 1% nos índices inflacionários, o que significa mais dinheiro nas mãos da população e aumento no consumo, o que deve compensar a redução de arrecadação decorrente das tarifas de energia elétrica.

A consultora do Sinergia CUT na área de energia, Maristela Braga, foi quem acompanhou as audiências em Brasília.



Sebastião Cardoso, da CUT-SP, representou a central na reunião

Plataforma operária e camponesa

Reunidos em Brasília, nos últimos dias 15 e 16, diversas entidades de trabalhadores do campo e da cidade lançaram o Manifesto da Plataforma Operária e Camponesa Para a Energia Sobre as Medidas da Renovação das Concessões do Setor Elétrico Brasileiro. O documento reconhece como conquistas populares das MPs principalmente a renovação de concessões para evitar a privatização de “parte estratégica de estatais federais e estaduais” e a redução das tarifas, atualmente das mais caras do mundo como “resultado do modelo mercantil adotado nos anos 90 com as privatizações”. Mas também aponta deficiências na discussão, já que “nos momentos decisivos não ouviu e nem atendeu as propostas e sugestões apresentadas pelo conjunto de trabalhadores organizados”. Reafirma ainda que a luta por um Projeto Energético Popular continua, inclusive para garantir respeito aos consumidores e trabalhadores do setor.



Wilson Marques, dirigente do Sinergia CUT, participou do debate

Fotos: Roberto Claro

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. Fones: **Campinas** (19)3739-4600 / 0800-171611; **São Paulo** (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;

Bauru (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato

Redação e diagramação: Lillian Parise (MTb 13522) e Débora Piloni (MTb 25172)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

EXPEDIENTE

